

CULTURA: a palavra e as idéias

por Augusto Rodrigues da Silva Junior*

EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

Atualizar o caminho da idéia de cultura a partir da modernidade e sua utilização na pós-modernidade é o que propõe Terry Eagleton nesta obra. Um imenso “conceito-chave” tecido com a acuidade de um estilo dialético e a leveza de uma crítica literária lapidada. Da junção entre Shakespeare, Marx, Nietzsche e Freud, constrói um arcabouço teórico complexo e fluente sobre uma concepção exaustivamente discutida: *A idéia de cultura*. Consciente de que ela necessita de revisão pelo desgaste natural de sua indiscriminada utilização em várias áreas do conhecimento e sua sobrevivência na pós-modernidade, ele tece um sentido diferente sem se desconectar completamente de conceitos históricos fundamentais.

Na longa carreira do filósofo e crítico, essa obra situa-se em um momento peculiar. Mais conhecido pelos trabalhos de crítica literária nas décadas de 70 e 80, o professor de Literatura Inglesa da Universidade de Oxford posiciona-se, a partir da década de 90, como um “crítico da cultura”. Na análise e teoria literária preocupou-se em demarcar sua posição dentro da tradição marxista. Isso fica expresso no livro *Teoria literária: uma introdução* (1983), no qual faz um estudo da literatura dos séculos XIX e XX e traça paralelos com o estruturalismo, o pensamento lacaniano e mostra afinidades com a

* Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Laboratório Transdisciplinar de Estudos sobre a Performance (Transe) da Universidade de Brasília (UnB).

desconstrução. A partir de *As ilusões do pós-modernismo* (1996), mesmo sem perder de vista “as virtudes da educação literária”, ele se volta para a cultura. Nesse livro produz uma crítica teórica e política da contemporaneidade e mostra as origens e a emergência da pós-modernidade. Denuncia as ilusões que o “movimento” conseguiu derrubar, suas ambivalências e contradições internas. De algum modo, *A idéia de cultura* é uma retomada dessa discussão, visto que o livro de 1996 foi uma compilação de artigos publicados ao longo da década de 90.

Antes de adentrarmos nas especificidades dos capítulos, é importante analisar alguns elementos pré-textuais. Por exemplo, a dedicatória autoconsciente para Edward Said. Como uma pista, no sentido mais dialógico de uma referência, o nome do amigo e professor anuncia questões ligadas ao imperialismo, à colonização e às relações contraditórias entre Norte e Sul. Partindo da idéia de que as culturas são híbridas, Eagleton retoma a idéia de Said em *Cultura e Imperialismo* de que as culturas “estão envolvidas umas com as outras” e que “nenhuma delas é mais heterogênea que o capitalismo” (p. 28-29). Sintomática também é a data de lançamento da obra: o ano 2000. O tom revisional coaduna com um momento limiar: a passagem do milênio. Circunstância sugestiva para a análise e revisão das transformações do século XX e, por extensão, da idéia de cultura e seu futuro. A organização de seu pensamento perpassa as lições do “orientalista”: a cultura como campo de batalha está nas “versões”, na “crise” e nas “guerras culturais”. Depois, o autor extrapola essas questões e aprofunda-se filosoficamente ao discutir cultura e natureza e a direção de uma “cultura comum”. A atualidade dessa análise confirma que o tema ganhou importantes dimensões políticas diante dos eternos velhos problemas vividos pela humanidade.

Muitos nomes são trazidos no desenrolar das idéias. Raymond Williams é o pivô dialógico dessa construção. Os capítulos funcionam

como diálogos com o crítico inglês. É latente a presença de *Cultura e Sociedade de 1780-1950* e de *Conceitos-chave*, principalmente o conceito “Cultura”. Chama a atenção para os pontos de dispersão entre as suas abordagens e destaca um ensaio escrito na mesma época em que terminava o verbete: texto cujo nome é igual ao do seu livro – *The idea of culture* – o que reafirma sua importância.

No primeiro parágrafo, o leitor fará a conexão com o conceito-chave “Cultura”. A relação entre cultura e natureza, dentre as palavras “mais complexas da língua inglesa”, leva-o à análise semântica do termo a partir de sua transformação mais latente, a passagem de uma esfera completamente material para uma outra espiritual (e o fato de a palavra acompanhar o processo de urbanização do Ocidente). Cultivar deixa de ser apenas cuidar da terra, mas passa a ser autocultivar-se. Como se a cultura tivesse surgido da necessidade de complementar as limitações da natureza, ele mostra as tensões do termo. Tensão no sentido de o conceito superar-se à medida que acompanha as transformações sociais e políticas, ocasionando constantes viradas dialéticas: “a natureza produz cultura que transforma a natureza” (p. 12).

No capítulo 1, “Versões de cultura”, o autor faz uma abordagem semântica das transformações temporais do conceito e aponta os caminhos construídos ao longo da história. Desde seu aparecimento, ligado ao manejo da terra, até momentos em que foi quase deixado de lado (modernidade), ou foi mais utilizado (pré-modernidade e pós-modernidade). O desafio é encontrar uma forma de tornar-se autocrítico dentro de um sistema (o capitalista globalizado) que não permita à “cultura” excluir a reprodução material e as identidades.

Uma vez que a população já não se relaciona com as atividades da terra e a manufatura torna-se um impedimento para a “cultura”, a visada marxista seria a precursora da compreensão da relação entre cultura e natureza. A primeira realça as diferenças, a segunda estabelece uma contigüidade entre o Indivíduo e o ambiente. Ao

introduzir a relação entre cultura e Estado, Eagleton mostra também que os interesses políticos governam os culturais. Com isso, constrói uma visão peculiar mostrando como o conceito é “pré” e pós-moderno e como foi um problema para a modernidade. Ao mesmo tempo é ele quem institui o Estado-nação moderno ao atribuir sentido à herança, à linguagem e aos valores compartilhados.

Nas sociedades tradicionais ela era um meio universal em que a sexualidade, organização política, produção material etc. estavam ligados a uma ordem simbólica e não apareciam como sistemas distintos. No horizonte pós-moderno, vida social e cultura estão ligadas na “forma da estética da mercadoria”. Uma conjunção de elementos valoriza a localidade, o corporal, a identidade e unem-se à centralidade da imagem e à integração cultural “dentro da produção de mercadorias em geral”. Na tensão no interior da idéia reside uma forma de superação para a crise. Sua capacidade de agregar as ações aponta para o perigo de se pensar cultura no campo das ciências humanas, sociais e das artes tornando-a restrita a uma parte da população. Para Eagleton, a cultura sobreviverá se não perder sua capacidade crítica e a especificidade de dialogar com a produção de bens materiais de forma consciente.

No capítulo 2, intitulado “Cultura em crise”, Eagleton realça o momento em que o termo caminha para uma transformação ou para um ponto culminante: uma total inoperância de significados (mesmo que continue exaustivamente utilizado). Escreve contra a noção herdada da antropologia, ampla demais, e diverge de outra muito rígida, ligada à estética. Mostra que, na contemporaneidade, a especialização e seu elogio são problemáticos, porque tendem a afastar os homens. Isso quer dizer que discuti-la significa fazer parte da crise cultural e política que assola a pós-modernidade.

Mais uma vez Raymond Williams está presente. Seu pensamento de que a cultura é um elemento constitutivo de outros processos sociais e não apenas sua representação, é atualizado por

Eagleton ao aproximá-la das idéias de religião e de imaginação. No primeiro caso, ele demonstra que o poder simbólico da religião está em queda, e que a cultura, ao fazer parte da política e da economia, não tem conseguido cumprir o papel de unificadora da sociedade. No segundo caso, a imaginação tem uma imagem dúbia: capaz de centralizar, pela sua gama semântica e de fácil aceitação, ela também descentra a identidade, pois tende a esvaziá-la de um referencial palpável e concreto. Isso é complexo uma vez que o Ocidente se vê como totalizador e capaz de alterar outras culturas. Essa relação marcadamente de poder entre um Eu e o Outro – denúncia num tom marxista –, está em germe no início do milênio. O uso da coerção, o perigo de um capitalismo amuralhado em defesa de privilégios mostra que a crise da idéia de cultura tornou-a frágil e incapaz de tomar uma posição de destaque na luta contra essas posturas totalizantes e totalitárias.

No capítulo 3, o autor aprofunda a questão da crise utilizando o termo “Guerra”. O choque entre Cultura e cultura tornou-se um conflito global: o Ocidente será o palco principal das “Guerras”, uma vez que o Ocidente considera-se a Cultura primordial e confronta as outras (nações, religiões, “raças” etc.). Os conflitos são respostas aos “bárbaros que invadem” com forte suporte político e religioso. Utilizando a religião, a ideologia, o mercado e a economia, a cultura pós-moderna, fortemente sustentada pelo consumismo, depara-se com o mito da integração simultânea pelos meios de comunicação. Mas encontra um Mundo dividido por outros mundos distantes entre si. Nesse caso, existe o risco de o Estado-nação deixar de fazer sentido, uma vez que se prega uma comunidade internacional. Esse risco é exatamente o estopim que promove o conflito entre a economia ocidental e as outras identidades.

O embate entre Cultura e cultura é global, porque o conceito passou por mudanças radicais. Se cultura preconizava algo particular e identificável na figura do sujeito universal que compartilhava valores

com outros sujeitos universais, na pós-modernidade ela significa o contrário, e afirma identidades específicas. Nesse caso, ela é muito mais um produto da política e “esse admirável cosmopolitismo novo” assiste a conflitos geopolíticos porque o Ocidente é incapaz de equiparar sua “civilidade” com o que é diferente. Nossa época precisa encontrar um meio termo entre sua capacidade de afirmação e sua capacidade geradora de novas formas de domínio. Diante dessa questão política, o ideal é que os movimentos diferentes da alta cultura, da cultura pós-moderna e a cultura de identidade consigam ir além dos movimentos de contracultura, superando assim, a dialética da natureza e da cultura.

O capítulo 4, “Cultura e natureza”, é o ponto culminante da reflexão de Eagleton. A partir da dialética entre esses termos, ele aborda questões do corpo, da morte, do discurso e os perigos do relativismo cultural. A síntese acontece na afirmação: “estamos imprensados entre natureza e cultura” (p. 141). Enfim, não somos apenas seres naturais ou culturais, mas fruto da junção dessas duas marcas humanas transformadas pela capacidade simbólica e criativa. A compreensão humana aproxima-se da linguagem e elas oferecem correlatos para explicar o outro na medida em que conseguimos nos explicar. Como a linguagem, as culturas são porosas e imprecisas, podem comunicar entre si, mas se mantêm indeterminadas porque se transformam continuamente: “Se o ‘outro’ encontra-se além da minha compreensão, não é por causa da diferença cultural mas porque ele é, afinal de contas, ininteligível para si mesmo também” (p. 139).

Com acuidade literária e filosófica Eagleton mostra que a relação humana é “desjuntada” porque os seres se movem “na conjunção do concreto e do universal, do corpo e do meio simbólico” (p. 140) e a soma desses elementos faz com que o homem tenha a capacidade de ir além de seus limites sensíveis nos campos da sociedade, da tecnologia e da história. Entendendo a história como

a ferramenta que nos permite enxergar nossas determinações e que nos faz transcender a natureza, justamente pela linguagem que nos liberta e nos abstrai nocivamente do natural, as vidas humanas são determinadas por necessidades culturais que, por sua vez, perpassam necessidades naturais e materiais.

Da interação conflitante entre cultura e natureza surgem forças – como violência, vingança, paixão e ironia – que podem “levar à escuridão”. A cultura é algo aberto e contraditório: não leva a um desenvolvimento harmonioso e pode levar o homem à autodestruição. Essa dialética é demonstrada em *Rei Lear* (Shakespeare) e os conflitos da modernidade e da pós-modernidade anunciados. Na relação limiar entre corpo/linguagem e a funcionalidade de ambos, sua análise literária ganha estatutos “humanísticos” e ilustra uma *força* percebida posteriormente por Marx, Nietzsche e Freud. Força que mostra que há mais no mundo do que a cultura e que seria importante que o homem conseguisse “viver da cultura” sem precisar dominar a história ou permanecer em um estado permanente de “mal-estar”. A marca de nossa humanidade nos leva a transgredir o conceito e a noção de que a natureza humana é comunitária e culturalmente mediada apontam as bases para uma política de resistência global em uma época em que a dominação tornou-se profundamente importuna (p. 158).

No quinto e último capítulo, Eagleton aponta o “Rumo para uma cultura comum”. A partir da idéia de que a cultura perdura se partir de uma maioria popular e do pressuposto de que ela se divide em consciente e inconsciente, ele analisa as posturas de T. S. Eliot e de Raymond Williams. Para Eliot, a cultura comum deveria nascer de forma elitista e autoconsciente e a aristocracia e a *intelligentsia* seriam naturalmente as principais criadoras do processo que depois se dissemina. Raymond Williams se distingue dele, porque coloca que os valores que realmente importam nascem das camadas populares organizadas em um movimento consciente de classe. Nesse caso, ele

valoriza a participação comum e inclusiva e prevê transformações culturais de acordo com as classes. Eliot, por sua vez, subestima tudo aquilo que não é aristocracia.

Eagleton, como discípulo de Williams, destaca as distinções entre formas residuais, dominantes e emergentes que permeiam seu pensamento. De certa forma atualiza esses conceitos e discute o abalo nas noções de identidade e os diversos modos de vida convivendo e ameaçando os valores civilizados. As culturas fechadas nascem para confrontar a ordem política e econômica ocidental que prega a diferença para afirmar-se hegemonicamente. De modo geral, ele politiza opções estéticas com discernimento intelectual e uma coerência arraigada à sua trajetória. Seu livro contribui para a reflexão sobre literatura, pós-modernidade e “idéias de cultura” diante de uma ordem que se anuncia no novo milênio.

O pensador extrapola o senso comum literário e ideológico e constrói as mais difíceis relações entre as idéias do seu tempo e a cultura. Sua capacidade de harmonizar e de aproximar temas aparentemente díspares, tendo como base a contradição como motor do mundo, levam-no a escrever contra o imobilismo. Disso decorre a problematização da idéia com o intuito de superar um positivismo dominante, uma dicotomia redutora e a discussão da ordem colonizadora. Essa problematização desvelada se coloca como liberdade discursiva e vontade de transformação a partir de uma inserção crítica na história. Ao discutir a idéia de cultura tem a consciência de que contribui dialeticamente para as idéias vindouras e afirma sua importância política no próximo milênio.